



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Ordem Patriarcal de Gênero, raça/ etnia e classe

**As determinações da Ordem Patriarcal de Gênero na trajetória
do Serviço Social brasileiro: reflexões introdutórias**

Patrícia Vicente Dutra ¹
Taynara Fitz Patriarcha ²

Resumo:

O presente ensaio tem como objetivo fazer uma discussão introdutória sobre as determinações da ordem patriarcal de gênero na trajetória do Serviço Social brasileiro. Compreende-se que o Serviço Social é uma profissão construída desde a sua gênese com a marca das opressões de gênero/sexo, raça/etnia e classe social. Contudo, passou a apreender essa discussão criticamente a partir da sua aproximação com a matriz teórica marxista, nos anos 80. Este debate ganhou maior expressão com o direcionamento proposto pelo Projeto Ético-Político da profissão. Entretanto, compreende-se a necessidade, ainda hoje, de reunir esforços para o aprofundamento desse debate no Serviço Social.

Palavras-chave: ordem patriarcal de gênero; serviço social; mulheres.

Abstract:

The present essay aims to make an introductory discussion about the determinations of the patriarchal order of gender in the trajectory of the Brazilian Social Service. It is understood that Social Service is a profession built from its genesis with the mark of the oppressions of gender / sex, race / ethnicity and social class. However, he came to grasp this discussion critically from his approach to the Marxist theoretical matrix in the 1980s. This debate gained greater expression with the direction proposed by the Ethical-Political Project of the profession. However, we understand the need, even today, to join forces to deepen this debate in Social Work.

Keywords: patriarchal gender order; social service; women.

¹ Assistente Social da Defensoria Pública do Estado do Paraná, doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e mestra em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) patriciavicenteditra@hotmail.com.

² Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e especialista em Atenção Hospitalar pelo Programa de Residência Multiprofissional da Universidade Federal do Paraná (UFPR), taynarafitz@gmail.com.



I. INTRODUÇÃO

Este ensaio é fruto de uma reflexão introdutória realizada no processo de formação das autoras no período do mestrado. A pretensão desse trabalho visa apontar, ainda que preliminarmente, alguns elementos sobre as determinações da ordem patriarcal de gênero na trajetória do Serviço Social brasileiro.

As determinações da ordem patriarcal de gênero sempre estiveram presentes na trajetória do Serviço Social brasileiro, desde a sua origem na década de 1930. A princípio, esta dimensão era concebida enquanto um determinante natural da ordem social vigente daquele período, uma vez que a profissão não se colocava na posição de questionar os fundamentos dessa sociedade e suas multideterminações.

Com o amadurecimento teórico do Serviço Social, possível após a aproximação com o arcabouço teórico marxista, a profissão teve condições de adentrar no campo de discussão sobre a ordem patriarcal de gênero de forma crítica, não mais para reproduzir este ideário, mas para questioná-lo. Esta temática alcançou maior expressão no Serviço Social a partir do direcionamento proposto pelo Projeto Ético-Político, orientando a construção de uma nova ordem societária, sem exploração de dominação de classe, etnia e gênero.

Apesar dos esforços da categoria profissional caminharem ao encontro de uma perspectiva sintonizada com os princípios do Projeto Ético-Político, a era da flexibilização no capital impõe para os Assistentes Sociais um aligeiramento de sua formação profissional, impedindo que sejam aprofundados os debates acerca de temas fundamentais para a profissão, como é a temática sobre as determinações da ordem patriarcal de gênero na sociedade. Frente a esse impasse, a categoria profissional tem encontrado estratégias de resistência para fortalecer e viabilizar a qualidade da produção do conhecimento sobre as temáticas indispensáveis ao Serviço Social.

II. AS DETERMINAÇÕES DA ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO NA TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Segundo John Stuart Mill (2006), a subordinação legal de um sexo a outro não pode ser vista como natural em uma sociedade, o autor expõe, ainda no séc. XIX, que:

Desde que surgiram mulheres capazes de tornarem seus sentimentos conhecidos através de seus escritos (a única forma de publicidade que a sociedade lhe permite), um número cada vez maior delas tem registrado protestos contra sua condição social, e recentemente milhares delas, lideradas pelas mulheres mais eminentemente conhecidas do público, reivindicaram ao parlamento seu direito de



voto³. A reivindicação das mulheres no sentido de receberem uma educação tão sólida quanto aos homens, e nas mesmas áreas de saber, é feita com intensidade cada vez maior e com grandes perspectivas de sucesso, enquanto que a exigência de sua admissão a profissões e ocupações até agora fechadas a elas, se torna a cada ano mais insistente.

O direito ao voto, a regulação do aborto, a igualdade salarial, condições de trabalho, creches para as crianças, o divórcio, lugar nas questões políticas, entre outras, podem ser lembradas como bandeiras de lutas antigas e expressivas do movimento de mulheres e dos movimentos feministas, persistindo até os dias atuais. Mulheres como Alexandra Kollontai, Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo são reconhecidas com expressão nestas lutas no período do século XIX e XX na Inglaterra, influenciaram tantas outras mulheres e inspiraram bandeiras de lutas no mundo inteiro.

De acordo com Wendy Goldman (2014), a ideia que pairava em relação a possibilidade do aborto, no cenário citado, era a de que a maternidade era uma obrigação que as mulheres tinham para com a sociedade, as mulheres deveriam permanecer à disposição para a prática do cuidado.

A prática do cuidado historicamente foi e continua sendo uma atribuição delegada às mulheres na sociedade. Isto remonta os princípios da divisão sexual do trabalho na sociedade de classes, na qual homens e mulheres possuem trabalhos distintos e determinados por uma construção social sexuada, instituindo maior relevância para os trabalhos considerados masculinos em detrimento dos trabalhos destinados às mulheres (KERGOAT, 2009). Além disso, há que se considerar que esta divisão do trabalho é fruto das contradições existentes na ordem do capital enovelada com a ordem patriarcal de gênero e étnico-racial, uma vez que constitui cisões que determinam as relações sociais nesta sociabilidade.

Há três eixos principais que estruturam a sociedade brasileira: o gênero, a raça/etnia e a classe social. Estas contradições não operam isoladamente. [...] As três hierarquias que poderiam ser tomadas abstratamente, cada uma *per se*, só fazem sentido no movimento que descrevem no interior do nó. As condições históricas determinam qual delas será dominante naquele momento, sem prejuízo de as demais assumirem este papel em outra conjuntura. Em outros termos, a sociedade não conhece uma única cisão, mas fundamentalmente três, e as mulheres, assim como os homens, não constituem uma categoria homogênea, apresentando interesses de classe e de raça/etnia inconciliáveis (SAFFIOTI, 1999, p. 142).

No contexto nacional, o capitalismo soube servir-se perfeitamente das condições de opressão das mulheres para intensificar seus lucros. A entrada das mulheres no mercado de

³ O recente filme “As sufragistas”, inspira-se no movimento social do século XIX e início do século XX na Inglaterra, esse era um movimento de luta pelos direitos das mulheres, a luta pelo direito ao voto é tema central e pode demonstrar um pouco do que Mill (2006) está retratando nesta passagem de seu texto.



trabalho, no início do século XX, se tornou mais palatável, na medida em que estas foram inseridas em setores que remontavam suas atividades domésticas, principalmente àquelas com a marca do cuidado. Este cenário tornou as condições favoráveis para o engendramento de profissões que possuíssem estas características. Desse modo, o Serviço Social, dentre outras profissões, foi construído mediado pelas contradições do capitalismo, patriarcado e racismo.

[...] o Serviço Social adequou-se ao leque de oportunidades de carreira permitido às mulheres desde o fim do século 19, uma alternativa à inserção no mercado de trabalho. Essa inserção foi permitida pela sociedade à medida que as mulheres passaram a exercer trabalhos extensivos aos já exercidos por elas no mundo privado (CISNE, 2015, p. 54).

Apesar das discussões em relação à temática de gênero terem adentrado o terreno do Serviço Social brasileiro a partir da década de 1980 e ganharem maior expressão nos anos 1990, o ideário da ordem patriarcal de gênero já era determinante na profissão desde o seu surgimento, com o cenário da Primeira Guerra Mundial. É neste contexto que se torna impossível negar a existência do que comumente chamamos de "questão social", e de que o tratamento dispensado deveria ir além da repressão policial. Neste período, instituições de caráter caritativo confessional, vinculadas a Igreja Católica e tendo à frente mulheres, surgem para dar respostas a estas demandas.

As obras assistenciais desenvolvidas estavam relacionadas com a caridade a fim de tentar dar respostas às expressões da "questão social", com isso, as mulheres eram as responsáveis por executar essas atividades e ações, sob a ideia de que à elas fora dado uma vocação para o cuidado e a educação. Então,

Não somente é justificável a ação feminina social como ainda é indispensável (...) Não tem a mulher, na sociedade a missão de educar? Imaginem a restauração da família sem a cooperação da mulher: a remodelação da mentalidade, de hábitos e de costumes que irão depois influir na economia e nas leis do país, tem de ser, toda ela, trabalho da mulher, em qualquer classe da sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 183).

Em 1930 no Brasil surge o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo, em uma clara indicação da necessidade atender as expressões da "questão social" utilizando para isso a ação social. O objetivo era ainda o de difundir os postulados da Doutrina Social da Igreja Católica. Além disso, segundo Iamamoto e Carvalho (2012, p. 180) havia "[...] uma clareza quanto ao sentido novo dessa ação social, se tratará de intervir diretamente junto ao proletariado para afastá-lo de influências subversivas", uma vez que a conjuntura política do país sofria influências da organização operária internacional que reivindicava uma sociedade



comunista. Desse modo, a Igreja Católica pactuou com os interesses dos setores da burguesia para efetivar a política anticomunista do período Vargas⁴.

Foi com essa compreensão que o “Curso Intensivo de Formação Social para Moças” realizado pelo CEAS teve grande adesão por parte de um público formado estritamente por mulheres, sobretudo por aquelas que já exerciam atividades em obras assistenciais. Com isso, alguns anos depois, foi criada a primeira escola de Serviço Social no Brasil, dando formação para as primeiras mulheres que viriam a se tornar assistentes sociais neste país.

As políticas sociais no Brasil surgem, na entrada do século XX, como uma das formas de atender as demandas apresentadas pelas manifestações da “questão social”, visto que as formas de repressão do Estado no uso do aparato policial, bem como as ações de cunho caritativo e confessional se apresentavam insuficientes em um cenário de avanço do capitalismo monopolista e de organização da classe trabalhadora.

O contexto político e econômico do país, que adentrava o século XX experimentando as profundas modificações no modo de produção capitalista, requisitava profissionais para responder as demandas da classe trabalhadora que, se não reconhecidas, poderiam colocar em xeque os privilégios da burguesia. Daí que, os assistentes sociais foram os profissionais demandados a atuar nas políticas sociais, sendo estas políticas uma forma de amenizar as tensões sociais decorrentes da luta de classes e efetivar o controle sobre a classe trabalhadora.

Inicialmente eram as moças da Igreja Católica as recrutadas para ingressarem nos setores governamentais. Para o exercício desta profissão eram exigidas características que remetiam-se ao fortalecimento da formação moral da sociedade, sendo que tais aptidões eram e ainda são vinculadas à suposta natureza feminina. No discurso como oradora da primeira turma de Serviço Social no Brasil, Lucy Pestana da Silva reitera essa perspectiva, afirmando que: “de acordo com sua natureza a mulher só poderá ser profissional numa carreira em que suas qualidades se desenvolvam, em que sua capacidade de dedicação, de devotamento seja exercida. A mulher, e isto apesar de velho é descoberta recente, tem de ser... mulher” (SILVA, apud IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 182). Nesse sentido, para ser uma assistente social era necessário possuir, obrigatoriamente, as seguintes características:

[...] um sólido preparo técnico [que] alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela

⁴ Uma das características que marcaram o governo de Getúlio Vargas foi o controle institucional dos sindicatos e as rígidas medidas oficiais de repressão aos comunistas e a esquerda de uma forma geral, sobretudo após a “Intentona Comunista” em 1935 (FAUSTO, 2015).



ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder às qualidades pessoais de inteligência e vontade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 233-234).

Além dos requisitos citados acima, as mulheres que tinham a pretensão de ingressar no curso de Serviço Social tinham a obrigação de cumprir determinadas exigências para conseguir realizar a matrícula. De acordo com Iamamoto (2012, p. 234), o recrutamento seguia critérios bem definidos, tais como "ter 18 anos completos e menos de 40; comprovação de conclusão do curso secundário; apresentação de referências de 3 pessoas idôneas; submeter-se a exame médico".

A partir dos anos de 1940, o Serviço Social brasileiro caminhava para a aproximação com a teoria social positivista⁵ de inspiração norte americana. A profissão continuou atrelada aos ideais humanistas cristãos, concentrando seus esforços na questão técnica e no aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho.

Conforme aponta Andrade (2008), estabeleceu-se um Serviço Social baseado em uma tríade articulada entre Doutrina Social da Igreja Católica, a ideologia conservadora e o arcabouço teórico direcionado para o positivismo. Estes princípios conduziram os profissionais para o desempenho de atividades burocratizadas e uma perspectiva pragmática diante das expressões da "questão social". A matriz positivista não teve influência apenas na condução do direcionamento técnico do exercício profissional daquele período, mas também orientou a concepção de mundo daquelas assistentes sociais, na qual implicava uma perspectiva conservadora sobre as atribuições socialmente produzidas pela ordem patriarcal de gênero a respeito das mulheres na sociedade.

Os positivistas elevaram as mulheres por meio do que se poderia considerar como sendo a transfiguração do culto da Virgem. A feminilidade, vista como um todo, devia ser adorada e salva de um mundo perverso. Para os positivistas, a mulher constituía a base da família, a qual era pedra fundamental da sociedade. A mulher formava o núcleo moral da sociedade, vivendo sobretudo através dos sentimentos, diferentemente do homem. Dela dependia a regeneração da sociedade (HAHNER, 1978 apud ARY, 2000, p. 73).

Essa perspectiva esteve presente na tese de Maria Kiehl, apresentada na 4ª Semana de Ação Social em São Paulo, na década de 1940, na qual reafirmou o pensamento conservador da profissão e também sua base pautada na divisão sexual do trabalho na sociedade de classes.

⁵ Em relação ao positivismo, Yazbek (1993, p. 147) afirma que "este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e sua imediaticidade. O método positivista trabalha as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis".



Intelectualmente o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a organização e para a concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva. É, por isso, particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações. (KIEHL apud IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p.182).

A partir da década de 1960 é possível observar uma problematização em relação ao conservadorismo no Serviço Social brasileiro. Este processo denominado de Movimento de Reconceituação, ocorreu na América Latina e teve desdobramentos decisivos no Serviço Social brasileiro. O Movimento priorizava o questionamento do referencial teórico que, por hora, dava norte aos profissionais. Na impossibilidade de reorganização social frente à conjuntura política de repressão militar, este movimento encaminhou seus esforços para os questionamentos endógenos sobre as questões metodológicas na profissão. Inicialmente, a apropriação do referencial marxista no Serviço Social aconteceu por meio de uma apreensão simplista sobre essa matriz teórica, devido aos materiais vulgares que eram utilizados. Entretanto, devemos considerar a conjuntura repressiva do país que estava mergulhado no processo da ditadura militar, não facilitando a divulgação de materiais sob a orientação marxista.

É no marco da reconceptualização que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se a tradição marxista [...]. O recurso dos reconceptualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com o apelo às suas fontes originais, no geral valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neo positivista (NETTO, 2011, p. 148).

Anos após o início das discussões travadas pelo processo de reconceituação do Serviço Social, desenrolou-se o amadurecimento teórico na profissão com a aproximação das obras marxianas, superando o debate, até então, enviesado. As obras marxianas realmente inspirara o Serviço Social a partir da década de 80, de forma que a perspectiva que se propunha, caracterizava-se pela negativa em relação a compreensão imediatista da realidade. Ocorreu neste momento, também, o claro posicionamento dos Assistentes sociais em favor da classe trabalhadora, fortalecendo a perspectiva crítica sobre as relações sociais em uma sociedade capitalista.

A nova perspectiva possibilitou ao Serviço Social compreender as multideterminações da realidade para construir uma intervenção crítica que desse respostas no cotidiando profissional, sintonizadas com os interesses da classe trabalhadora. Dessa forma, uma das mediações indispensáveis para a profissão, dentre tantas outras, é a ordem patriarcal de gênero que se apresenta no movimento histórico, como já citado, fundidas com outras mediações de ordem estrutural como é o capitalismo e o racismo.



O conceito de gênero, representando as discussões e as relações de desigualdades entre homens e mulheres oriundas da estrutura patriarcal, adentrou o terreno profissional a partir da década de 1980 e 1990, quando o Serviço Social, de fato, iniciou seu engajamento de forma transversal nas lutas dos movimentos sociais. Foi essa aproximação entre o Serviço Social e os movimentos sociais que permitiu, ainda que de forma isolada, a inserção de algumas assistentes sociais nos movimentos feministas. Desse modo, é perceptível o esforço daquelas assistentes sociais em estreitar os laços entre os debates do Serviço Social e as discussões sobre as opressões patriarcais na sociedade burguesa. Para elucidar esse processo, a Revista Serviço Social e Sociedade de 1981 publicou uma entrevista com Rosalina de Santa Cruz Leite⁶, na qual ela explica a importância do feminismo para o Serviço Social.

[...] o feminismo, ao propor aprofundar a crítica ao autoritarismo e as relações verticalizadas, questiona todas as relações que envolvem poder, [...] oferecendo elementos para a reflexão da relação assistente social-cliente [sic] inclusive. O que nos conduzirá necessariamente a algumas interrogações importantes, para uma revisão da prática profissional em busca de novas formas de ação e de relacionamento com a clientela [sic]. [...] Eu vejo que o Serviço Social se torna, como as demais profissões que são socialmente consideradas femininas, uma profissão desvalorizada; conseqüentemente, aqueles que a exercem são geralmente mal remunerados [...]. Nesse sentido, a segregação de mulheres em alguns setores profissionais interessa ao capitalismo, servindo como justificativa para o rebaixamento salarial de algumas funções. [...] As mulheres são tradicionalmente empurradas e segregadas no mercado de trabalho em algumas tarefas e funções que, de certa forma, reproduzem sua socialização. [...] Todo esse treinamento tem levado a maioria das mulheres a se inserir no mercado de trabalho como faxineiras, cozinheiras, empregadas domésticas, ou então, quando pertencentes às camadas médias da população, como professoras, secretárias, enfermeiras ou assistentes sociais. E como ajudar o próximo, ser abnegada, é considerado como “uma vocação natural da mulher”, esse aspecto de sua socialização coincide com determinada visão da profissão, definida como humanizadora das relações sociais (LEITE, 1981, p. 128-129).

Estas mediações foram necessárias para a construção de um novo direcionamento ético-político no Serviço Social que culminou em um projeto profissional. O chamado Projeto ético-político apresenta na elaboração de um dos princípios do Código de Ética do Serviço Social a ideia da construção de uma nova ordem societária, sem exploração de dominação de classe, etnia e gênero. Com isso, é possível compreender a reafirmação de uma ideia que visa transformar a sociedade e romper com o conservadorismo historicamente presente na profissão. Por isso as discussões a respeito da temática sobre a ordem patriarcal de gênero estão na pauta do processo de renovação do Serviço Social.

⁶ Na época, atuava como professora, assistente social envolvida com os movimentos feministas, membro da Sociedade Brasil Mulher e da Comissão de Mulheres do Partido dos Trabalhadores.



No pós-reconceituação, o Serviço Social mediante a ofensiva neoliberal, tem encontrado barreiras para a materialização das discussões sobre a ordem patriarcal de gênero no interior da categoria. Apesar de ser uma pauta para a profissão, prevista inclusive nos documentos oficiais⁷ do Serviço Social, a discussão deste tema se apresenta de forma incipiente. Segundo Patriarcha (2018, p. 67), “para a superação do traço incipiente e focalizado sobre a dimensão de *gênero* na profissão, é necessário que a sua apropriação requisite uma formação profissional que seja efetivamente capaz de transpor o debate superficial sobre o tema”.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) tem reunido esforços para o desenvolvimento de algumas temáticas centrais para o Serviço Social, por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa. Esses grupos se apresentam como uma estratégia concreta de enfrentamento e de resistência ao produtivismo intelectual presente no estágio atual do capital (MAURIEL, 2017), no qual imperam o aligeiramento da formação profissional e a lógica das metas de produção acadêmica com objetivo de priorizar a quantidade em detrimento da qualidade. Os grupos são separados pelos seguintes eixos: 1) Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 2) Política Social e Serviço Social; 3) Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; 4) Movimentos Sociais e Serviço Social; 5) Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; 6) Serviço Social, relações de exploração/opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades; 7) Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; 8) Serviço Social, Geração e Classes Sociais⁸.

O GTP de Serviço Social, relações de exploração/opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades tem por finalidade o fortalecimento e a visibilidade dessas discussões no âmbito do Serviço Social. Algumas construções realizadas por esse GTP demonstram que há a necessidade de consolidação desse debate no campo da pesquisa do Serviço Social, orientando que a temática de gênero esteja diretamente articulada com as dimensões de classe e raça/etnia. Uma das propostas do GTP é que se tenha ao menos uma disciplina obrigatória na graduação de Serviço Social sobre tais temáticas, antes ou simultaneamente da realização do estágio supervisionado (ABEPSS, 2015).

[...] na maioria das universidades do Brasil as disciplinas que tratam da temática de gênero se dão predominantemente de forma eletiva, ou seja, os(as) discentes podem terminar o curso de Serviço Social sem cursá-las. Quando são ofertadas, o são a partir do 5º período do curso, mas há muitas universidades nas quais a oferta só se dá no 7º ou 8º período, ou seja os(as) discentes já têm passado pela

⁷ Código de Ética das/os Assistentes Sociais, Lei de regulamentação da profissão e as Diretrizes Curriculares de 1996.

⁸ Desde 2014, a ABEPSS tem feito debates sobre a possibilidade de criação de um GTP específico sobre Serviço Social, Geração e Classes Sociais. No ENPESS de Ribeirão Preto, ocorrido em 2016, a Assembleia da ABEPSS deliberou pelo seu desmembramento do GTP de Serviço Social, relações de exploração/opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades (MAURIEL, 2017).



experiência do estágio curricular obrigatório. Deste modo, as questões de gênero, raça/etnia podem passar despercebidas aos discentes, pois a formação profissional no Serviço Social enfatiza a questão das classes sociais, mas por vezes esquece-se que ligada à classe social encontram-se as mediações de gênero, raça/etnia e orientação sexual, mediações importantíssimas a serem problematizadas no processo de formação profissional (LIMA, 2014, p. 48).

Desse modo, o GTP de Serviço Social, relações de exploração/opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades é um mecanismo para o fortalecimento desse debate tão necessário na profissão e na sociedade, tendo em vista que, conforme citamos, esta é uma discussão que ainda precisa ser aprofundada na formação profissional. Neste sentido, é necessário ter clareza de que para reivindicar uma atuação profissional que incorpore, de forma crítica, a importância desse debate em seu cotidiano de trabalho, é necessário reivindicar uma formação que trabalhe de forma aprofundada as contradições oriundas do patriarcado-racismo-capitalismo.

III. CONCLUSÕES

As lutas de mulheres de todo o mundo se fazem presentes até hoje em nossa sociedade. A busca pelos direitos na atuação política, pela autonomia de escolher sobre seu próprio corpo, entre tantos outros direitos reivindicados perduram até hoje. O movimento de mulheres e os movimentos feministas apresentam-se cada vez mais articulados e atentos aos acontecimentos no mundo inteiro.

O Serviço Social não passa longe disso, pelos motivos já citados, visto que desde a origem da profissão atua sempre com a maioria de mulheres que demandam os serviços das políticas sociais, e porque historicamente a categoria profissional foi e é ocupada majoritariamente por mulheres. Historicamente, o suposto lugar social reservado às mulheres se situa no campo do cuidado e, assim, foi com esta concepção de sociedade, pautada na ordem patriarcal-racista-capitalista, que as primeiras assistentes sociais foram formadas.

Percebe-se que foi apenas com a imersão do Serviço Social na teoria marxiana que a profissão teve condições de compreender e realizar a crítica às determinações do patriarcado-racismo-capitalismo na sociedade e também na própria dinâmica da profissão. Se na origem do Serviço Social brasileiro as Assistentes Sociais reproduziam intensamente o ideário patriarcal em seu exercício profissional, hoje há um profundo esforço, por parte das entidades representantes da categoria profissional, para romper com as raízes conservadoras desse ideário e construir um Serviço Social realmente comprometido com os interesses de homens e mulheres pertencentes à classe trabalhadora.



As bandeiras de lutas continuam, o ideário sobre o que é ser assistente social carrega elementos de continuidade e ruptura no tocante às opressões da ordem patriarcal de gênero. O que vale ressaltar nesse emaranhado de luta e história é a atividade constante da categoria profissional para aprofundar e alargar o debate acerca da questão de gênero na formação de assistentes sociais e na atuação de profissionais atentos e comprometidos com o que preconiza o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

IV. REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Relatório e Planejamento: Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades**. 2015. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/gtp-genero-relatorio-gtp-2015-ultima-versa%CC%83o-201708022150325427220.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

ARY, Z. **Feminino e masculino no imaginário católico: da ação católica à Teoria da Libertação**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

GOLDMAN, W. Z. **Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917 – 1936**; [tradução Natália Angyalossy Alfonso, com colaboração de Daniel Angyalossy Alfonso e Marie Crhistine Aguirre Castaneda]. 1. ed. – São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 36.ed. São Paulo: Cortez, 2012.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 67-75.

LEITE, R. S. C. Feminismo em questão: entrevista com Rosalina S. Cruz Leite. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 5, p. 121-129, mar. 1981.

LIMA, R. L. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 117, p. 45-68, jan./mar. 2014.

MAURIEL, A. P. O. Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre pós-graduação e graduação. **Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 262-271, 2017.

MILL, J. S. A sujeição das mulheres. **Gênero**. Niterói, v. 6, n. 2 – v.7, n.1, p. 181 – 202, 1. – 2. Sem. 2006.

MIRALES, R. Desigualdades de gênero e formação do assistente social. **Revista Alamedas – Revista Eletrônica do NDP**. V.1, n.1, jan./jun. 2006. Disponível em: <www.unioeste.br/ndp/revista>. Acesso em: 27 mar. 2019.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16. Ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, J. V. T. **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 142-163.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Violência doméstica ou a lógica do galinheiro**. In: KUPSTAS, Márcia (org). **Violência em debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

PATRIARCHA, T. F. **O debate sobre a ordem patriarcal de gênero no processo de formação profissional dos cursos de Serviço Social das universidades públicas do norte do Paraná**. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.